



SEFAZ

Secretaria de Estado da Fazenda



NOTA

Estamos publicando na íntegra o conteúdo do ofício nº 6553/2007/COREM/STN, de 02 de agosto de 2007, que trata sobre cumprimento das metas previstas no Programa de Ajuste Fiscal para o exercício financeiro de 2006 por parte do Estado do Amazonas.


Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário Executivo do Tesouro



**AVALIAÇÃO DA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO
ESTADO DO AMAZONAS**

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Amazonas (Programa) contempla objetivos, estratégias e ações com vistas a atender a um conjunto de metas, de modo a promover a sustentabilidade fiscal e financeira do Estado do Amazonas (Estado) em bases permanentes.

2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes mencionados nesta avaliação referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso do estoque da dívida, que será comparado em termos de IGP-DI acumulado anual.

3. No ano de 2006, o Estado apresentou superávit primário de R\$ 143 milhões contra superávits primários de R\$ 170 milhões e R\$ 187 milhões em 2005 e 2004, respectivamente. A diminuição do resultado primário em 2006 deveu-se ao crescimento da despesa não financeira superior ao da receita líquida. Mesmo com esse resultado de 2006, o Estado incorreu em suficiência financeira, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultado semelhante aconteceu em 2005, quando apresentou suficiência de recursos. É importante ressaltar que em 2005 o Estado gerou suficiência de R\$ 3 milhões, enquanto em 2004 houve uma deficiência de R\$ 16 milhões.

4. Com um incremento de R\$ 483 milhões em relação ao ano anterior, a receita bruta de 2006 totalizou R\$ 5.736 milhões. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas de arrecadação própria, que apresentaram crescimento de 9,36%, passando de R\$ 3.590 milhões para R\$ 3.994 milhões. As despesas com transferências a municípios alcançaram R\$ 940 milhões e a receita líquida resultou em R\$ 4.795 milhões. Por outro lado, as despesas não financeiras atingiram o total de R\$ 4.652 milhões em 2006, o que significou um aumento de 7,80% em relação ao ano anterior. O incremento de R\$ 239 milhões (9,67%) da despesa de pessoal foi o principal responsável por essa evolução, uma vez que as outras despesas correntes e de capital cresceram R\$ 171 milhões (6,02%).

5. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, em média, por 69,49% do total da receita bruta nos últimos 3 anos. O ICMS, que respondeu por 83,84% das receitas de arrecadação própria em 2006, cresceu 10,25% em relação a 2005 em decorrência de alguns fatores circunstanciais: a) o aquecimento da demanda por televisores que decorreu da Copa do Mundo; b) a substituição de produtos de tecnologias menos avançadas por DVD players, que se caracterizam por uma carga tributária maior; e c) aumento no consumo de motocicletas. Conseqüentemente, o Estado reduziu a dependência das transferências da União em 2006.

6. Em relação à despesa não financeira do Estado, os gastos com folha de pagamento representaram, em média, 49,55% do total no último triênio. Dentre os itens que compõem a despesa de pessoal merecem destaque os gastos com o executivo (administração direta) e com outras despesas de pessoal. Tais itens representaram, em média, 53,28% e 18,51%, respectivamente, do total da despesa de pessoal de 2004 a 2006. Em 2006, o crescimento da despesa com pessoal deveu-se principalmente aos aumentos de 14,78% dos gastos com o

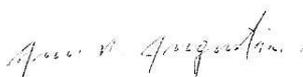
executivo (administração direta) e de 11,40% com outras despesas de pessoal em relação a 2005. Embora tenha havido um crescimento de 6,75% da receita corrente líquida (RCL), a relação despesa com pessoal / RCL subiu de 47,16% em 2005 para 48,45% em 2006.

7. Destacam-se também, entre os componentes da despesa não financeira, as outras despesas correntes, com participação média de 33,59% no último triênio, sendo que em 2006 apresentaram uma queda de 5,05%. Os investimentos, por sua vez, foram responsáveis, em média, por 15,98%, sendo que em 2006 apresentaram um crescimento de 32,54%. Os fatores que determinaram essa evolução foram os investimentos realizados em decorrência das liberações das operações de crédito (R\$ 86 milhões) em 2006 e da utilização do superávit financeiro de 2005 (R\$ 79 milhões).

8. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 2.102 milhões em 31 de dezembro de 2004, passou para R\$ 1.982 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um decréscimo do estoque de 6,05%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2006 totalizou R\$ 1.955 milhões, apresentando uma diminuição de 1,38% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à diminuição de 8,47% da dívida fundada interna (Lei nº 8727/93). Ressalte-se que o Estado paga o serviço da dívida decorrente do contrato firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97 usufruindo eventualmente do limite de comprometimento de 11,5% da receita líquida real e que, por este motivo, não acumula resíduos.

9. A avaliação da situação econômico-financeira do Estado aponta como fundamental a continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de forma a manter equilibradas as finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê resultados primários positivos (R\$ 153 milhões, R\$ 131 milhões e R\$ 143 milhões em 2007, 2008 e 2009, respectivamente) que, somados com as fontes de financiamento, são suficientes para o Estado honrar os seus compromissos financeiros projetados, não gerando atrasos nos próximos três anos.

Brasília, 02 de Agosto de 2007.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional